

## **O projeto rede de cooperação técnica para a roteirização da macrorregião sudeste – roteiro integrado estrada real: descrição do processo e resultados preliminares**

*Marcelo Vilela de Almeida<sup>1</sup>*

**Resumo:** apresentam-se alguns resultados preliminares do Projeto Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização da Macrorregião Sudeste – Roteiro Integrado Estrada Real, resultantes de convênio firmado entre o Ministério do Turismo, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) com o objetivo de levar a cabo a roteirização turística, um dos nove Módulos Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, estabelecido pelo Plano Nacional de Turismo 2003-2007. Após a descrição do contexto institucional no qual se originou o referido processo e o relato de como se deu, efetivamente, tal processo no caso do Roteiro Integrado Estrada Real a partir da atuação do autor no projeto, discutem-se alguns avanços e obstáculos para a sua consolidação como produto turístico – uma das finalidades maiores da roteirização turística.

**Palavras-chave:** Turismo. Formação de redes. Regionalização turística. Roteirização turística. Estrada Real.

### **Introdução – o Contexto Institucional**

A roteirização turística foi adotada pelo Ministério do Turismo no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil como uma das estratégias para atingir alguns dos objetivos específicos estabelecidos pelo Plano Nacional do Turismo 2003-2007, quais sejam: diversificar a oferta turística e estruturar os destinos turísticos (BRASIL, 2005b, p.3). De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2004, p.9), adotar o modelo de regionalização do turismo exige:

- novas posturas e estratégias na gestão das políticas sociais;
- mudanças de relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil;
- negociação, acordo, planejamento e organização social;

---

<sup>1</sup> Escola de Artes, Ciências e Humanidades- USP. E-mail: m\_v\_almeida@uol.com.br

- entender a região diferentemente da macrodivisão administrativa adotada no País – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste<sup>2</sup>;
- perceber o conceito como um esforço coordenado de ações integradas entre municípios, estados e países.

Embora os trabalhos da Rede de Cooperação para a Roteirização estejam, aparentemente, baseados nestas premissas, não é difícil notar que se trata de um processo assaz complexo e ambicioso, que exigirá ainda esforços e prazos consideráveis para trazer resultados significativos.

As bases do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil derivam do Macroprograma 4 do Plano Nacional do Turismo 2003-2007, que trata da estruturação e diversificação da oferta turística. As diretrizes políticas do Programa estabelecem, pois, as seguintes estratégias (BRASIL, 2004, p.11): gestão coordenada; planejamento integrado e participativo; e promoção e apoio à comercialização. É em relação à última destas estratégias que se estabelece a formação de redes como uma das ações operacionais do Programa (ao lado da educação para o mercado e de estratégias de promoção e apoio à comercialização):

A estruturação de roteiros traduz-se na concretização formal do processo de regionalização do turismo. A formação de redes de organizações assegura um processo contínuo de inovação, que é um dos determinantes da competitividade.

Nessa etapa, desenvolvem-se a relação de mercado dos agentes locais; reforçam-se ou estabelecem-se a integração dos arranjos produtivos locais e regionais; definem-se os padrões de qualidade dos produtos e serviços; promovem-se a qualificação e requalificação dos profissionais e dos prestadores de serviços turísticos; provocam-se o ordenamento e disponibilizam-se diretrizes e normas para a organização dos diferentes segmentos; ampliam-se os vínculos de relações entre pessoas, criando redes humanas capazes de articular mudanças nos modelos econômicos e sociais em curso, de modo a provocar o redirecionamento das políticas públicas voltadas para os diferentes espaços territoriais (BRASIL, 2004, p.17).

Sobre a formação de redes, o Ministério do Turismo defende que

A cultura de relacionamentos expressa a vontade para a transformação, constitui a base para a cooperação e para o surgimento de lideranças, provocando a inovação. A formação de redes gera mudanças na gestão econômica, ao criar novas formas de produção a partir da articulação da oferta local e regional. Daí decorre a ampliação e a simbiose dos serviços turísticos, influenciando na esfera política, pelo processo participativo que se estabelece, e, também, na esfera cultural pela socialização, produção e difusão do conhecimento, estabelecendo uma nova ética de relacionamentos (BRASIL, 2004, p.17).

---

<sup>2</sup> Curiosamente, tal divisão foi respeitada pelo processo de roteirização, como ver-se-á adiante (quadro 1).

Deriva, portanto, do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, a roteirização turística, um dos nove Módulos Operacionais do Programa, como forma de organizar e integrar a oferta turística brasileira, descrita em um documento de caráter norteador para a elaboração de roteiros turísticos (BRASIL, 2005a).

A roteirização é, pois, colocada como uma estratégia fundamental para a diversificação da oferta turística e para a inserção de produtos diferenciados nos mercados nacional e internacional, e é definida como “o processo que estrutura a oferta de uma região, em um produto rentável e comercialmente viável” (BRASIL, 2005a, p.8). Nos moldes propostos pelo Ministério do Turismo, a roteirização deve possuir um caráter participativo, estimular a integração e o compromisso dos envolvidos no processo, constituir-se em um instrumento de inclusão social, resgate e preservação dos valores culturais e ambientais existentes e ter como foco a maximização de esforços e a construção de parcerias<sup>3</sup> nos vários âmbitos (municipal, regional, estadual, nacional e internacional), de modo a buscar o adensamento dos negócios, na região turística. O Ministério do Turismo defende que

A roteirização auxilia o processo de identificação, elaboração e consolidação de novos roteiros turísticos. Além disso, diagnostica a necessidade de aumentar os investimentos em roteiros já existentes, seja na melhoria da estrutura atual, seja na qualificação dos serviços oferecidos. Dessa forma, auxilia o incremento do fluxo de turistas, aumenta a permanência média deles, nas regiões turísticas e, conseqüentemente, fomenta a circulação do dinheiro (BRASIL, 2005a, p.8).

A roteirização teria por objetivo geral “estruturar, qualificar e ampliar a oferta de produtos turísticos de forma integrada e organizada” (BRASIL, 2005a, p.9) e, por objetivos específicos:

- identificar e apoiar a organização de segmentos turísticos;
- incentivar o empreendedorismo;
- facilitar o acesso das micro e pequenas empresas do setor ao mercado turístico regional, estadual, nacional e internacional;
- estimular a criação de novos negócios e a expansão dos que já existem;
- ampliar e qualificar serviços e equipamentos turísticos;
- consolidar e agregar valor aos produtos turísticos;
- fortalecer a identidade regional;
- promover o desenvolvimento regional.

---

<sup>3</sup> “Considera-se como parceria um sistema de alianças, relativamente estável entre dois ou mais atores que trabalham em sinergia para atingir objetivos comuns, otimizando esforços” (BRASIL, 2005a, p.8).

Convém salientar que a roteirização turística é vista pelo Ministério do Turismo como um processo com finalidade mercadológica, o que torna necessária a elaboração de um plano de *marketing* que contemple a elaboração do produto, a atribuição de preço, a distribuição, a promoção e a comercialização do produto turístico, sendo que o documento ora mencionado enfoca as duas primeiras etapas supramencionadas, dispondo, o Programa, de documento específico sobre as demais ações.

Segundo as orientações do Ministério do Turismo, ao se elaborar um roteiro turístico, é necessário basear-se na oferta turística efetiva e em uma demanda efetiva ou potencial, e sua operacionalização deve ocorrer por meio da promoção e comercialização; esse processo pressupõe, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2005a, p.13), as seguintes ações prioritárias:

- definir o responsável pela execução do trabalho (Órgãos Oficiais de Turismo das UFs, Instâncias de Governança Regionais, atores locais, consultoria especializada etc.);
- identificar as instâncias de governança existentes na região turística (conselhos, comitês e fóruns de turismo – municipais e regionais –, dentre outras);
- levantar e sistematizar informações, estudos, projetos e inventários referentes à oferta e à demanda turística;
- elaborar ou consultar estudos de mercado potencial e concorrente;
- identificar o potencial de competitividade e as adequações necessárias para estruturar um produto turístico;
- identificar as linhas de financiamento existentes ou a capacidade de investimentos, público e privado, da região turística;
- identificar a capacidade empresarial para fins de promoção e comercialização.

As informações obtidas por meio destas ações preparatórias devem subsidiar os seguintes passos do processo de roteirização<sup>4</sup> (BRASIL, 2005a, p.13-14):

- envolvimento dos atores;
- definição de competências e funções;
- avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos;
- análise de mercado e definição de segmentos;
- identificação dos possíveis impactos socioculturais, ambientais e econômicos;
- elaboração de roteiro específico;
- levantamento das ações necessárias para implementação do roteiro turístico;
- precificação e teste do roteiro turístico;
- qualificação dos serviços turísticos;
- promoção e comercialização;
- monitoria e avaliação.

---

<sup>4</sup> O documento em questão apresenta um detalhamento de cada um destes passos que não serão aqui detalhados por não constituírem foco principal deste trabalho.

É, portanto, a partir deste contexto que se realiza um convênio entre o Ministério do Turismo, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) – SEBRAE Nacional, do qual deriva, entre outros, o Projeto de Formação de Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização, que tem por objetivo geral a formação de agentes para o acompanhamento, estruturação e avaliação do processo de roteirização no Brasil, e por objetivos específicos: formar uma rede de conhecimento e cooperação entre agentes do setor público e privado para apoiar e implementar o processo de roteirização no País; disseminar informações referentes à elaboração e estruturação de roteiros turísticos; e fortalecer o protagonismo e competências locais (BRASIL, 2005b, p.4).

### **Formação e Estruturação da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização**

A Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização foi formada por diversos atores, relacionados abaixo, alguns dos quais estiveram diretamente envolvidos na execução do projeto e outros atuaram apenas como participantes da vivência do processo de roteirização (incluindo os técnicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC de cada Unidade da Federação, não incluídos no documento consultado):

- grupo consultivo: formado por seis representantes do Ministério do Turismo e por seis representantes do SEBRAE Nacional, responsáveis por diversas atribuições;
- consultor orientador: diretamente pautado pelas equipes técnicas do Ministério do Turismo e do SEBRAE Nacional, deveria apoiar os participantes da Rede por meio de repasse de informações e esclarecimentos, à distância e/ou *in loco* e teria a atribuição de orientar os consultores tutores quanto à estruturação, desenvolvimento e comercialização de roteiros turísticos;<sup>5</sup>
- consultor planejador: teria como responsabilidade animar a Rede de Cooperação Técnica, especialmente no início do processo, quando estaria sendo identificada a situação atual do roteiro e quando seriam agendadas as visitas técnicas a algumas das localidades que comporiam o roteiro;<sup>6</sup>

<sup>5</sup> No início do projeto, tal função foi desempenhada pelo consultor Mário Petrocchi.

<sup>6</sup> No caso da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização da Região Sudeste, tal função foi desempenhada pela especialista em atividades de moderação Isabel Castro, que atuou também no último encontro presencial do grupo.

- consultor tutor (um para cada macrorregião): contratado pelo SEBRAE da Unidade da Federação gestora do projeto em cada macrorregião, tinha por objetivo integrar as ações de roteirização em execução nos diferentes estados diretamente envolvidos no roteiro em estudo, razão pela qual este deveria ter experiência com trabalhos de roteirização, sendo, preferencialmente, o próprio responsável pelo processo de roteirização da região em estudo;<sup>7</sup>
- técnicos do SEBRAE/UF: cada etapa da vivência do processo de roteirização deveria contar com um técnico do SEBRAE de cada Unidade da Federação, que deveria ter envolvimento com o Sistema de Gestão Orientado para o Resultado (GEOR), utilizado pelo SEBRAE, conhecimento sobre o desenvolvimento de produtos turísticos e sobre o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, e ser um gestor local ou estadual. Tinham como atribuições, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2005b, p.6-7):
  - articular a logística necessária para a realização da vivência;
  - participar da vivência do processo de roteirização no roteiro turístico identificado em sua macrorregião de atuação;
  - animar e acompanhar uma rede de cooperação entre os participantes com o objetivo de facilitar e trocar experiências;
  - multiplicar o conhecimento adquirido em sua instituição.
- técnicos dos órgãos oficiais de turismo das Unidades da Federação: deveriam ser funcionários de carreira que conhecessem o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, bem como o processo de desenvolvimento de produtos turísticos e possuir as mesmas características e atribuições exigidas dos técnicos do SEBRAE;
- agentes multiplicadores: foram identificados seis consultores por macrorregião<sup>8</sup> com conhecimentos referentes à roteirização turística no País para serem capacitados de acordo com as diretrizes de roteirização estabelecidas pelo Ministério do Turismo. Estes consultores deveriam já ter desenvolvido algum trabalho desta natureza e possuir as mesmas características exigidas dos técnicos do SEBRAE e dos órgãos estaduais de

<sup>7</sup> No caso da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização da Região Sudeste, tal função foi desempenhada pelo consultor Flávio Vitarelli.

<sup>8</sup> No caso da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização da Região Sudeste, os consultores selecionados eram dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que poderiam atuar em toda a macrorregião para a multiplicação do processo de roteirização.

turismo, e teriam as seguintes atribuições (não remuneradas), estabelecidas em termo de compromisso (BRASIL, 2005b, p.6-10):

- apresentar uma proposta de síntese metodológica para o roteiro em estudo;
- apresentar, ao final da vivência, relatório sobre o roteiro estudado, e disponibilizar tais informações para o SEBRAE e para o Ministério do Turismo;
- multiplicar o conhecimento adquirido para os atores do *trade* turístico e para a comunidade local, por meio de duas oficinas regionais, sob o acompanhamento dos técnicos dos órgãos oficiais de turismo e do SEBRAE de cada Unidade da Federação da macrorregião específica.

A indicação dos representantes dos órgãos oficiais de turismo e do SEBRAE de cada Unidade da Federação foi feita pelas respectivas instituições, tendo ficado a cargo do Ministério do Turismo e do SEBRAE Nacional verificar se aqueles atendiam ao perfil solicitado. Já a seleção dos agentes multiplicadores foi feita pelo grupo consultivo, por meio de análise de currículos, do perfil dos candidatos e da realização de entrevistas.

Foram identificados no País cinco roteiros para aplicação do projeto, um para cada macrorregião brasileira, nos quais a atividade turística já vinha sendo desenvolvida e nos quais já havia, inclusive, parcerias estabelecidas entre a comunidade, empresários locais e poder público, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2005b, p.5), a saber:

MACRORREGIÃO	ROTEIRO TURÍSTICO	REGIÕES TURÍSTICAS/ MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS
Norte	Roteiro da Integração Vale do Acre/Peru	Pólo Ecoturístico do Vale do Acre (Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Porto Acre e Puerto Maldonado – Peru)
Nordeste	Roteiro Integrado Ceará/Piauí/Maranhão	Ceará: Macrorregião Turística Litoral Oeste/Ibiapaba (Barroquinha, Camocim, Chaval e Jijoca de Jericoacoara) Piauí: Pólo Costa do Delta (Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba) Maranhão: Região Turística Delta das Américas (Araióses, Paulino Neves e Tutóia), Região Turística Parque dos Lençóis (Barreirinhas)
Centro-Oeste	Roteiro Integrado Brasília/Chapada dos Veadeiros	Distrito Federal (Brasília, Brazlândia, Sobradinho e Planaltina) Goiás (Formosa, São Gabriel, São João da Aliança, Alto Paraíso, São Jorge, Colinas do Sul, Teresina de Goiás, Cavalcante e São Domingos)

Sudeste	Roteiro Integrado Estrada Real	São Paulo (Guaratinguetá, Aparecida do Norte [sic] <sup>9</sup> , Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Silveiras e Cunha) Rio de Janeiro (Paraty <sup>10</sup> ) Minas Gerais (Caxambu, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, Itanhandu e Passa Quatro)
Sul	Roteiro Integrado Missões/Foz do Iguaçu	Paraná (Foz do Iguaçu e Guairá) Rio Grande do Sul (Caibaté, Entre-Ijuís, Porto Xavier, Roque Gonzáles, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões e São Nicolau)

**Quadro 1 - Roteiros Turísticos Integrados da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização**

Fonte: BRASIL, 2005b, p.5.

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2005b, p.11), cada roteiro estudado encontrava-se, no início do processo, em um estágio de desenvolvimento diferente, o que exigiria uma identificação do passo mais adequado para o início dos trabalhos e, para que não houvesse prejuízo quanto ao conhecimento a ser adquirido, deveria haver no início da vivência o repasse de informações sobre os passos já executados no roteiro em estudo.

No entanto, convém salientar que, no caso da Rede de Cooperação para a Roteirização da Região Sudeste, nem todos os passos definidos nos documentos norteadores foram trabalhados e uma das razões para que isto acontecesse foi a definição, por parte do Ministério do Turismo no início do processo, de que não se tratava de um processo mais amplo de planejamento turístico, mas sim de um trabalho voltado para o mercado, o que excluiu, por exemplo, algumas ações como a avaliação e hierarquização dos atrativos e a identificação dos possíveis impactos socioculturais, ambientais e econômicos.

O projeto previa as seguintes etapas de execução:

- oficina de planejamento: conduzida pelo consultor planejador, tinha por objetivo repassar o conteúdo das diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, as orientações para elaboração de roteiros turísticos e o planejamento do cronograma das visitas técnicas (etapas seguintes), que deveriam estar em conformidade com o estágio em que se encontrava naquele momento o processo de roteirização na região estudada;

<sup>9</sup> O nome oficial do município é Aparecida.

<sup>10</sup> O nome do município foi mantido, neste trabalho, conforme a grafia da fonte consultada (Paraty ou Parati), embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registre apenas a grafia “Parati”.

- visitas técnicas (sete, no máximo): necessárias para se vivenciar o processo de roteirização em cada macrorregião, poderiam abranger reuniões com atores e lideranças identificadas nos roteiros em estudo, de acordo com o conteúdo abordado e a necessidade identificada;
- oficinas de multiplicação: os agentes multiplicadores, uma vez tendo participado da vivência do processo de roteirização, teriam a responsabilidade de disseminar o conhecimento adquirido para os atores do *trade* turístico e para a comunidade local, por meio de duas oficinas regionais (viabilizadas pelos técnicos do SEBRAE e dos órgãos oficiais de turismo da região em estudo), sem qualquer remuneração por esta atividade; em contrapartida, após a conclusão das oficinas regionais, os consultores receberiam um certificado de consultor habilitado em roteirização;
- formação da rede digital: ao longo de toda a vivência do processo de roteirização e ao fim deste, deveria ter sido disponibilizada uma rede de comunicação digital entre os participantes por meio de um *chat* na *internet*, para favorecer a troca de experiências e esclarecer dúvidas entre os participantes. No entanto, tal rede não chegou a ser formada, pelo menos no caso da Região Sudeste, ocorrendo apenas a divulgação de informações a respeito da logística dos encontros (oficina de planejamento e visitas técnicas) e a comunicação do consultor tutor com o grupo por meio de correio eletrônico;
- avaliação do processo: o grupo consultivo deveria identificar e estabelecer indicadores de resultado para medir os resultados do projeto e os gestores locais e estaduais seriam os responsáveis pelo acompanhamento destes indicadores junto às regiões atendidas através do Sistema GEOR (BRASIL, 2005b, p.10-11). Vale lembrar que, ao final de cada encontro, os participantes deveriam preencher um formulário de avaliação, cujos resultados, após a tabulação por técnicos do Ministério do Turismo, eram enviados aos participantes.

A execução e operacionalização do projeto seria de responsabilidade dos SEBRAE/AC, SEBRAE/DF, SEBRAE/MA, SEBRAE/MG e SEBRAE/RS, em cada macrorregião, respectivamente onde os roteiros seriam implementados. Ao SEBRAE de cada Unidade da Federação relacionado caberia, também, gerir os recursos financeiros e, com o apoio do consultor tutor, preparar a logística para as oficinas de planejamento e para as visitas técnicas (BRASIL, 2005b, p.13).

O processo de roteirização da Estrada Real<sup>11</sup> iniciou-se, pois, em setembro de 2005, quando foi realizada em Paraty/RJ, uma oficina de planejamento que contou com a presença de representantes do Ministério do Turismo e do SEBRAE Nacional, bem como das entidades envolvidas (órgãos oficiais estaduais de turismo, SEBRAE, SENAC<sup>12</sup>, Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unidade de Lorena<sup>13</sup>) e dos agentes multiplicadores selecionados conforme descrito anteriormente.

No primeiro encontro do grupo de trabalho foram realizadas apresentações para nivelar o entendimento dos participantes sobre o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, a Rede de Cooperação para a Roteirização e sobre o Roteiro Integrado Estrada Real; os trabalhos foram conduzidos pela consultora e planejadora Isabel Castro, que se utilizou de técnicas de moderação e visualização de idéias para o planejamento participativo em grupo, e pelo consultor tutor Flávio Vitarelli, responsável pela condução das questões técnicas de elaboração de roteiros, bem como pela elaboração da metodologia de roteirização a ser utilizada.

Os demais encontros, chamados de visitas técnicas, foram conduzidos apenas pelo consultor tutor<sup>14</sup> e realizaram-se em outros municípios espalhados ao longo da Estrada Real, para que fosse possível aos participantes tomar contato com o roteiro em questão e avaliar as possibilidades de sua concretização, assim como as dificuldades de sua viabilização. Desta forma, realizaram-se quatro visitas técnicas até maio de 2006:

- Itamonte/MG – novembro de 2005;
- Guaratinguetá/SP – fevereiro de 2006;
- Tiradentes/MG – março de 2006;
- Ouro Preto/MG – maio de 2006.

---

<sup>11</sup> Do qual o autor participou, como representante do SENAC/SP à época.

<sup>12</sup> Embora o Roteiro Integrado Estrada Real não contemple o Estado do Espírito Santo, técnicos do órgão oficial de turismo, do SEBRAE/ES e do SENAC/ES estiveram presentes nos encontros da Rede.

<sup>13</sup> O Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unidade de Lorena participou da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização da Macrorregião Sudeste em função de sua localização, no Vale do Paraíba, região cortada pela Estrada Real e de sua atuação como instituição de ensino em projetos de pesquisa e extensão, inclusive em parceria com o Instituto Estrada Real e com o Escritório Regional de Guaratinguetá do SEBRAE/SP.

<sup>14</sup> A consultora planejadora Isabel Castro teve apenas uma pequena participação na última visita técnica, em Ouro Preto/MG.

Em todas as visitas técnicas, realizaram-se algumas visitas de campo com a finalidade de proporcionar aos integrantes da Rede uma maior familiarização com o produto que se estava sendo proposto.

### **Alguns Resultados Preliminares do Projeto**

Em termos de resultados concretos, o Instituto Estrada Real destaca a repercussão do Programa na mídia nacional e internacional, o que se refletiu em números (dados do início de 2005) e demandas por parte de empresas públicas e privadas. Segundo estes dados:

- a Estrada Real ocupou, em 2004, 310.000 cm<sup>2</sup> nas páginas de jornais e revistas de grande circulação do país, segundo *clipping* elaborado pelo Sistema FIEMG;
- o portal da Estrada Real na *internet* (<http://www.estradareal.org.br>) registrou, no mesmo ano, cerca de 2.097.000 visitas;
- a equipe do Instituto Estrada Real participou de diversos eventos, nos quais 799.881 pessoas tiveram contato com a Estrada Real;
- a escola de samba Estação Primeira de Mangueira homenageou a Estrada Real através de seu desfile e de seu samba-enredo no Carnaval do Rio;
- várias empresas têm, de alguma forma, se associado ao programa: a Fiat Automóveis lançou um veículo com a marca Estrada Real, o Fiat Doblò Adventure Estrada Real; a Telemar Norte Leste S.A., por meio da operadora de celulares Oi, traçou um projeto de prioridade em Minas Gerais ao longo da Estrada Real; os Correios lançaram, no dia 27 de setembro de 2005, Dia Internacional do Turismo, uma coleção de selos sobre a Estrada Real – iniciativas, estas, que partiram das empresas (MODELO, 2005, p.8-9).

Como resultado de tal repercussão, tem-se a seguinte situação: Ouro Preto registrou um aumento médio de 20% no fluxo de turistas, enquanto 15% a mais de visitantes chegaram a Diamantina e à Serra do Cipó, em torno da qual os meios de hospedagem ampliaram sua capacidade para 1.100 leitos (MODELO, 2005, p.3).

Outra ação importante no processo de consolidação da Estrada Real é a implantação de comunicação por sua demarcação e sinalização, que estava sendo feita por meio da colocação de marcos, viabilizados pela iniciativa privada, pelas prefeituras e pelo Ministério do Turismo (FÉLIX, 2005, p.9-10).

Especificamente, como resultado do Projeto Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização, deve-se observar que, de acordo com a metodologia proposta pelo consultor tutor, em função do grande recorte escolhido para esta primeira experiência de roteirização, compreendendo um grande número de municípios de três Estados, definiu-se que seria fundamental a elaboração de um banco de dados pelos participantes da Rede; este banco de dados deveria contemplar os serviços de hospedagem, alimentação, receptivo, as atividades que podem ser praticadas (e não os atrativos) e os serviços de suporte aos meios de transportes (não deveria ser dada maior importância aos eventos, em função da pouca utilidade destes para a formatação de roteiros). Inicialmente, seriam levantadas as informações apenas dos municípios localizados sobre o eixo principal da Estrada Real, desconsiderando-se os demais e que, mais especificamente, a atenção deveria focar-se nas localidades que apresentassem possibilidades de realização de atividades turísticas de visitação e/ou estruturas receptivas propícias à comercialização turística por meio de roteiros. Este trabalho resultou, no caso da Rede de Cooperação para a Roteirização da Região Sudeste, em um catálogo de serviços do Caminho Velho, para utilização pelo mercado para a montagem de roteiros, excluindo-se, portanto, outras ações inicialmente previstas, como precificação e teste do produto, qualificação dos serviços turísticos, promoção e comercialização e monitoria e avaliação, em função de uma redefinição da atuação e do papel da Rede – chegou-se à conclusão, por exemplo, que não seria papel da Rede formatar roteiros, o que caberia ao setor empresarial, mas sim o de repassar informações necessárias para tal atuação empresarial.

Outra informação relevante é que ocorreu, durante a última visita técnica, uma reunião com representantes do SEBRAE dos Estados envolvidos e do SEBRAE Nacional nos dias que antecederam esta visita técnica, na qual se decidiu que, quanto ao Estado de São Paulo, outros municípios (além daqueles situados no eixo principal do Caminho Velho) deveriam ser inseridos no âmbito da Estrada Real por meio da importância da cultura e da história do café que perpassa a área de abrangência da Estrada Real. A este respeito, deveria ser realizada uma reunião em breve na região, para discutir detalhes da expansão destes trabalhos, da qual deveriam participar os representantes das instituições paulistas participantes da Rede de Cooperação Técnica para Roteirização.

## **Considerações Finais**

Toledo (2004, p.76), ao falar nos “velhos caminhos, novos tempos” da Estrada Real, comenta que o tempo de revitalização e de reutilização é marcado pelo surgimento do caminho do turismo a partir de 1950 (TOLEDO, 2004, p.79):

Hoje, os velhos caminhos continuam servindo como ponto de passagem do litoral para o interior e vice-versa, e, como rota de comunicação e de trânsito de pessoas e do comércio intra-regional. Preenche uma nova função histórica, a de criar condições para o desenvolvimento regional sustentável. Pois permite integrar ações fundamentais para a humanidade nos dias de hoje, como a preservação ambiental e do patrimônio cultural construídos ao longo de três séculos. Permite realizar trabalho no sentido de resgatar a memória coletiva, afirmar as identidades locais e manter as antigas e significativas tradições de seu povo. Passam assim a servir como instrumento para preparar a região no avanço da sociedade na passagem para o período denominado de pós-moderno, e, unir os esforços da sociedade civil organizada ao lado de instituições oficiais [...], para o desenvolvimento de uma grande rota turística, o projeto Estrada Real, integrando antigas áreas de mineração, o Vale, a serra e o mar” (TOLEDO, 2004, p.80).

Assim, ao mesmo tempo em que se observa a importância que o Roteiro Integrado Estrada Real pode ter para o desenvolvimento turístico das áreas por ele abrangidas, nota-se também o imenso desafio que tão ambicioso projeto impõe aos vários atores nele envolvidos: ainda há muito a fazer, tanto em termos de esforços de comercialização do Roteiro como em níveis mais básicos, de planejamento e organização das localidades por ele abrangidas – observou-se nitidamente, por meio das visitas técnicas, que muitos municípios não se percebem integrantes de um projeto maior, que extrapole o âmbito municipal e, quando o percebem, têm dificuldades (e/ou falta de interesse) em alavancar a integração regional necessária à viabilização do Roteiro Integrado, por exemplo.

Há que se reconhecer, todavia, que muito se avançou em termos de busca de alternativas concretas para o desenvolvimento turístico regional, sobretudo por iniciativa do Instituto Estrada Real, que realizou um enorme esforço de articulação e mobilização de patrocinadores, apoiadores, governos (dos três níveis) e outras instituições, garantindo os resultados até então obtidos (ALMEIDA, 2006).

Por outro lado, o desafio que se coloca é o da continuidade do projeto, uma vez que, com o fim do convênio entre as instituições integrantes da Rede e com a desarticulação de seus participantes, não é difícil imaginar a desagregação do processo, que só poderá ser evitado pela ação das instituições mais interessadas no desenvolvimento das localidades, como é o

caso do Instituto Estrada Real, do SEBRAE de alguns estados e/ou municípios e de alguns poucos parceiros locais.

## **Referências**

- ALMEIDA, Marcelo Vilela de. **Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras**. Tese (Doutorado) – Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2006. 233p.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo; roteiros do Brasil; diretrizes políticas**. Brasília, 2004. 31p.
- \_\_\_\_\_. **Programa de regionalização do turismo; roteiros do Brasil; roteirização turística; módulo operacional 7**. Brasília, 2005a. 43p.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de formação de rede de cooperação técnica para a roteirização**. Brasília, 2005b. 19p.
- FÉLIX, César. Entrevista. **Roteiros da Estrada Real**, Belo Horizonte, ano 2, n.4, p. 8-11, maio 2005.
- MODELO vitorioso de desenvolvimento sustentável. **Roteiros da Estrada Real**, Belo Horizonte, ano 2, n.4, maio 2005.
- TOLEDO, Francisco Sodero. **Estrada Real: caminhos e descaminhos do ouro**. Lorena: Centro Universitário Salesiano de Lorena, dez 2004. 89p.